

409/99/006/2003

COPAM Central Metropolitana  
FL. N°  
EJEC.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ESPECIALIZADA DO  
COPAM-CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL.



PROCESSO N°: 429/1999/006/2003

AI N°: 00603/2003

Regional Copam 04/12/2007 16:41 - R18012/2007

**CAL OESTE LTDA.**, já devidamente qualificado nos autos do presente processo, vem, respeitosamente perante V. Exa., tempestivamente apresentar **RECURSO** da penalidade aplicada consoante os termos que passa a aduzir.

A **Recorrente**, foi autuada supostamente por instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a licença prévia, de instalação ou de operação, conforme descrito no Auto de Infração lavrado, sem que houvesse sido constatado a existência de poluição.

Porém, mesmo sem a ocorrência de poluição conforme descrito no auto a Câmara de Atividades Minerarias decidiu pela aplicação



1

UNIVERSUS  
SOCIEDADE  
DE ADVOGADOS

Rua Topázio, 37/casa 02. Bairro Prado. CEP 30410-280.  
Belo Horizonte, MG. Telefax (31) 3313 8045 - 3372 5000.  
universus@veloxmail.com.br

NOT



de multa no valor de R\$ 9.577,43 (nove mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos).

Em sua peça de defesa e pedido de reconsideração a **Recorrente** requereu que o valor da multa fosse reduzido em 50%, tendo em vista que no período a Autuada obteve a pertinente licença.

Entende a **Recorrente**, contudo que faz jus, ao benefício do pagamento parcelado e aplicação do percentual de redução de 50%.

### DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Aos 13 de novembro de 2007, a Feam expediu o ofício, que foi recebido pela **Recorrente** em 22/11/2007, OF/COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA/Nº 1.266/2007. Portanto, o presente RECURSO encontra-se absolutamente dentro do prazo previsto.

### RAZÕES DE DEFESA

A tese de redução no valor de 50% (cinquenta por cento) encontra apelo, entendendo a **Recorrente** que lhe assiste, ainda o benefício da redução de 1/3 em razão da atenuante de não ter sido detectada poluição e o empreendimento ter obtido a pertinente licença.

O nexa estaria na postura de respeito ao meio ambiente e diligência necessária antes mesmo da fiscalização, sendo que em momento algum foi detectado dano relevante ou poluição. Tal convicção tem por base a **LEI 7.772/80**, a qual dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no Estado de Minas Gerais.





De acordo com o artigo **art.2º**, inciso **III** do referido dispositivo legal:

**"Art.2º Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:**

**(...)**

**III - ocasionar danos relevantes à flora, à fauna, e a qualquer recurso natural"**

Ora, resta **CLARO E EVIDENTE** que **NÃO FORAM** **CONSTATADOS DANOS RELEVANTES** à flora, à fauna, ou a qualquer recurso natural. Os relatórios de vistoria em momento algum fizeram referência a danos relevantes ao meio ambiente causados pela **Autuada**.

Há que se salientar ainda que, a dosimetria da pena deve levar em conta também as situações atenuantes e agravantes. Conforme preceitua o **artigo 3º**, inciso **I**, alínea **"c"** da **Deliberação Normativa nº64/2003**, são circunstâncias atenuantes:

**..." c) gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;"...**

Em momento algum restou comprovado que a suposta infração teria causado conseqüências graves para a saúde pública ou para



o meio ambiente, assim deveria ser aplicada a atenuante supracitada ao caso em tela.



É de bom alvitre ressaltar a atitude propositiva, pró-ativa e positiva do empreendedor em relação aos órgãos ambientais em todos empreendimentos seus, fato este atestado pelos servidores desta Fundação.

Por derradeiro invoca-se o benefício do **artigo 64**, do **Decreto Estadual nº 44.309/06**, que prevê a conversão de até 50% do valor da multa em medidas de controle e ação reparadora, com a possibilidade de aplicação de EFEITO SUSPENSIVO sobre a exigibilidade da multa aplicada, nos termos do **artigo 48**, do mesmo Decreto.

### DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, o **Autuado** requer:

a) Aplicação do fator de redução de 1/3 sobre o valor arbitrado, haja vista as atenuantes e mediante assinatura de TERMO DE COMPROMISSO seja aplicado EFEITO SUSPENSIVO sobre a exigibilidade do pagamento e conversão dos 50% remanescentes em obrigação de execução de medidas de proteção ambiental;

d) Ao final, sobre o valor que vier a ser fixado, se restar algum resíduo, desde já REQUER o benefício de parcelamento

*Assinado*



UNIVERSUS  
SOCIEDADE  
DE ADVOGADOS

4



previsto na Deliberação Normativa DN COPAM nº 35, de 07 de julho de 1999.

Pede Deferimento e Juntada.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2007.

P.p.

  
**João Paulo Domenici de Britto**  
**OAB/MG 74.468**

P.p.

  
**Suzana Coulaud da Costa Cruz**  
**OAB/MG 58.700**



5

**UNIVERSUS**  
SOCIEDADE  
DE ADVOGADOS